

assimetria

DOS POSSÍVEIS em que existe); e «Sócrates era chinês» exprime um juízo problemático, se aceitarmos que Sócrates era possivelmente chinês, apesar de ser efectivamente grego (apesar de no mundo actual Sócrates ser grego, há alguns mundos possíveis nos quais é chinês). Esta terminologia era usada por Kant e outros filósofos do passado, mas caiu em desuso. DM

**assimetria** *Ver* SIMETRIA.

**associatividade, leis da** A fórmula  $(p \wedge q) \wedge r$  é logicamente equivalente à fórmula  $p \wedge (q \wedge r)$ . Equivalentemente, a fórmula  $(p \wedge q) \wedge r \leftrightarrow p \wedge (q \wedge r)$  é uma tautologia. De igual modo,  $(p \vee q) \vee r$  é logicamente equivalente a  $p \vee (q \vee r)$ . Estas são as denominadas leis associativas da conjunção, respectivamente disjunção. As leis associativas também são válidas na LÓGICA INTUICIONISTA.

A noção de associatividade exposta está intimamente ligada à noção de operação associativa. Uma operação binária,  $*$ , dum conjunto  $A$  para ele próprio é uma operação associativa se, para todos os elementos  $a, b, c \in A$ ,  $(a * b) * c = a * (b * c)$ . Em tal caso não é ambíguo omitir os parêntesis e escrever  $a * b * c$ . *Ver também* CÁLCULO PROPOSICIONAL, TAUTOLOGIA, ÁLGEBRA DE BOOLE, LÓGICA INTUICIONISTA. FF

**assunção** Em lógica, mesmo que SUPosição.

**atitude proposicional** Termo introduzido por Bertrand Russell para designar uma das duas categorias centrais de estados e acontecimentos psicológicos em que se tornou habitual dividir a totalidade dos fenómenos mentais; talvez em virtude do papel que desempenham na explicação do comportamento racional, considera-se usualmente que as crenças e os desejos são estados mentais paradigmáticos da categoria das atitudes proposicionais.

A outra classe de estados mentais é a classe das experiências; ou, usando um termo um pouco mais restritivo mas também frequente, a classe das sensações. Este género de bipartição dos fenómenos mentais reflecte, pelo menos de

um modo aproximado, a distinção tradicional entre cognição e sensação. Nesta última categoria incluem-se não apenas os diversos tipos de experiências perceptivas obtidas por meio das diversas modalidades sensoriais (por exemplo, experiências auditivas como o acontecimento que consiste em ouvir uma certa sinfonia de Beethoven, experiências visuais como o acontecimento que consiste em ver um lápis vermelho, experiências olfactivas, experiências tácteis, etc.), como também sensações em sentido estrito (por exemplo, sensações álgicas), certas emoções e outros acontecimentos psicológicos. (É muito provável que esta taxonomia do mental em termos de atitudes e experiências não seja suficientemente precisa e que existam casos de fronteira; todavia, isso não a torna uma classificação útil.)

A razão para a escolha do termo «atitude proposicional» é, como indicado pela sua estrutura, dupla. Por um lado, trata-se de estados psicológicos atitudinais, pelo menos se considerarmos apenas os estados paradigmáticos mencionados e outros estados que lhes são de alguma maneira próximos. Tal significa que se trata de estados que envolvem de algum modo uma «tomada de posição» em relação a algo: aceitar, rejeitar, hesitar, ser indiferente, estar em dúvida, etc. Por outro lado, o objecto dos estados mentais (aquilo que se aceita, rejeita, etc.) é identificado como uma PROPOSIÇÃO, ou seja, algo que é semanticamente avaliável e que tem um VALOR DE VERDADE de uma forma absoluta, não relativizada por qualquer contexto ou propósito.

Exemplos de atitudes proposicionais são assim, além de crenças e desejos, pensamentos, juízos, receios, perplexidades, ansiedades, esperanças, memórias, conhecimentos, etc. Alguns desses estados psicológicos, como é em geral o caso de juízos e pensamentos, são estados ocorrentes, ou seja, episódios mentais conscientes e imediatos (como, por exemplo, o pensamento que acabou de me ocorrer de que hoje é feriado); outros, como é em geral o caso de crenças e receios, são estados meramente disposicionais, ou seja, estados normalmente

inconscientes e de mais longa duração que consistem em propensões (não necessariamente manifestadas) para aceitar, rejeitar, rezear, etc., algo (a crença de que a Torre Eiffel é maior do que o dedo mindinho de Gottlob Frege, por exemplo, é um estado mental que me pode seguramente ser atribuído; muito embora, até ao momento, eu nunca tenha pensado nisso).

De acordo com uma conhecida concepção acerca das atitudes, à qual se pode chamar relacional, o estado psicológico em que estou quando acredito que Claudia Schiffer é boa envolve uma certa RELAÇÃO, de índole positiva (a relação de acreditar), que se estabelece entre mim e uma certa proposição, a proposição de que Schiffer é boa. A relação em questão não é entre mim e um objecto físico, a Schiffer em carne e osso (caso contrário, muita gente talvez procurasse, só por essa razão, estar imediatamente em tal estado psicológico!); a relação é entre mim e um objecto abstracto, aquela proposição. A proposição é o CONTEÚDO (ou o SIGNIFICADO) da minha crença; e esta será uma crença verdadeira se, e só se, a proposição for uma proposição verdadeira. Analogamente, o estado mental em que estou quando quero que Claudia Schiffer se molhe da cabeça aos pés envolve uma certa relação, igualmente de índole positiva, mas de diferente natureza (a relação de desejar), que se estabelece entre mim e uma certa proposição, a proposição de que Schiffer se molhe da cabeça aos pés; a proposição é o conteúdo do meu desejo, e este será um desejo realizado se, e só se, a proposição for verdadeira. Do mesmo modo, o estado em que estou quando duvido que Deus exista envolve uma certa relação, desta vez de índole negativa, pelo menos à luz de um certo conceito de dúvida (a relação de duvidar), que se estabelece entre mim e uma certa proposição, a proposição de que Deus existe; a proposição é o conteúdo da minha dúvida, e esta será uma dúvida fundada ou legítima se, e só se, a proposição for uma proposição falsa. Em algumas versões do ponto de vista relacional, as atitudes proposicionais são relações directas, não mediadas, entre pessoas (organismos, etc.) e proposições.

Noutras versões, as atitudes proposicionais são relações indirectas entre pessoas (organismos, etc.) e proposições, mediadas por um terceiro tipo de entidades; estas entidades podem ser diversas coisas, conforme a teoria particular defendida: representações mentais, frases de uma linguagem natural, frases da «linguagem do pensamento», etc.

Muitos filósofos e linguistas pensam que a concepção relacional das atitudes proposicionais é fortemente suportada por considerações relativas à forma lógica e à semântica das frases que usamos habitualmente para atribuir atitudes proposicionais a pessoas e a outros organismos. Os estados mentais mencionados poder-me-iam ser linguisticamente atribuídos por alguém (que falasse português) através do uso de frases como (respectivamente) «JB acredita que Claudia Schiffer é boa», «JB quer que Claudia Schiffer se molhe da cabeça aos pés», e «JB duvida que Deus exista». A ideia é então a de considerar tais relatos de atitudes como tendo a forma lógica de predicções diádicas. Tal como uma frase como «Claudia Schiffer detesta Naomi Campbell» deve ser vista como formada a partir do preenchimento de um predicado diádico, o predicado «detesta», por um par ordenado de termos singulares, os nomes «Claudia Schiffer» e «Naomi Campbell», também uma frase como «JB acredita que Claudia Schiffer é boa» deve ser vista como formada a partir do preenchimento de um predicado diádico, o verbo psicológico «acredita», por um par ordenado de termos singulares, o nome «JB» e o termo complexo «que Claudia Schiffer é boa».

O discernimento de uma estrutura desta natureza nas frases de atitude é muitas vezes justificado com base em observações acerca do comportamento inferencial das frases. Por exemplo, tal como uma consequência lógica (por generalização existencial) da frase «Claudia Schiffer detesta Naomi Campbell» é a frase «Claudia Schiffer detesta alguém», também uma consequência lógica (por generalização existencial) da frase «JB acredita que Claudia Schiffer é boa» é a frase «JB acredita em

## atitude proposicional

algo»; e esta última frase, tomada em conjunção com uma frase como «Richard Gere acredita que Claudia Schiffer é boa», tem como consequência lógica a frase «Há algo em que JB e Gere ambos acreditam». Ora, alega-se que a validade de inferências deste tipo ficaria por explicar se uma estrutura daquele género não fosse reconhecida nas frases originais. Sem entrar em certos refinamentos e complicações irrelevantes para os nossos fins, considera-se que a forma geral de uma atribuição de atitude é dada no esquema  $\lceil s V \text{ que } p \rceil$ , em que a letra esquemática  $s$  é substituível por um termo singular (por exemplo, «JB»),  $V$  por um verbo de atitude (por exemplo, «acredita»), e  $p$  por uma frase (por exemplo, «Schiffer é boa»); deste modo,  $\lceil \text{que } p \rceil$  é a forma geral de um termo obtido pela prefixação do operador monádico «que» a uma frase  $p$ . E, pelo seu lado, a semântica das frases de atitude tem naturalmente de respeitar estes factos acerca da sua estrutura. Assim, a referência do termo singular que substitui  $s$  é um sujeito apropriado de atitudes (pessoa, organismo, sistema), a referência do predicado diádico que substitui  $V$  é uma relação psicológica (por exemplo, a relação de crença), e a referência do termo singular que substitui  $\lceil \text{que } p \rceil$  é uma proposição, a proposição que  $p$ . Por conseguinte, uma frase de atitude  $\lceil s V \text{ que } p \rceil$  é verdadeira se, e só se, a pessoa (organismo, etc.) referida por  $s$  estiver na relação psicológica referida por  $V$  com a proposição referida pelo termo  $\lceil \text{que } p \rceil$ .

Em suma, considerações deste teor acerca da forma lógica e da semântica de frases de atitude são tomadas por muitos filósofos como sancionado o ponto de vista relacional sobre as atitudes. Deve-se, no entanto, dizer que isto está longe de ser consensual. Por um lado, há filósofos que não consideram de forma alguma legítimo inferir observações acerca da metafísica das atitudes a partir de observações acerca da forma lógica e da semântica de frases de atitude. Por outro lado, outros filósofos rejeitam simplesmente a análise sintáctico-semântica esboçada para atribuições de atitude.

Há duas características importantes das ati-

tudes proposicionais que as tornam distintas das experiências e sensações.

A primeira é a de que as atitudes são estados psicológicos que envolvem necessariamente a cognição, no seguinte sentido particular: um organismo estar num desses estados implica a posse e o exercício pelo organismo de determinados conceitos. Por exemplo, só posso ser correctamente descrito como estando no estado mental de acreditar que os pinguins são peixes se tiver o conceito de um peixe (e o conceito de um pinguim); ou seja, se eu de alguma maneira souber o que é um peixe (o que é um pinguim). E uma pessoa só pode ser correctamente classificada como querendo que a neve seja removida da estrada se tiver *inter alia* o conceito de neve, se de algum modo souber o que é a neve. Por isso é que, para tomar um caso extremo, não seria correcto atribuir a um antigo general romano (digamos) uma crença cujo conteúdo fosse especificado através de uma frase portuguesa como «A aritmética pura é incompleta» ou «A água é H<sub>2</sub>O». Em contraste com isto, a presença de ingredientes conceptuais não é de forma alguma exigida, em geral, para que um organismo seja correctamente descrito como estando num estado psicológico pertencente à outra categoria de estados, como tendo uma certa experiência ou sensação. Por exemplo, uma criatura (por exemplo, um corvo) pode ser correctamente descrita como estando numa certa ocasião a ver a neve a ser removida da estrada, sem que a fruição de tal experiência visual implique qualquer posse pelo organismo do conceito de neve. Isto permite distinguir o acontecimento mental de ver, uma experiência, do acontecimento mental de ver que, uma atitude proposicional. Uma criatura pode ver a neve a cair sem saber o que é a neve, mas não pode ver que a neve está a cair sem ter o conceito de neve. Ambos os acontecimentos mentais são cognitivos no sentido genérico em que ambos envolvem a aquisição e o processamento de informação proveniente do meio ambiente; mas só o segundo acontecimento envolve a cognição no sentido particular utilizado.

Outra distinção interessante do mesmo género é aquela que se pode fazer entre: a) A memória proposicional, um estado mental em que uma pessoa está quando, por exemplo, se lembra que ontem choveu; e b) A memória de acontecimentos, um estado em que uma pessoa está quando, por exemplo, se lembra de ontem estar a chover.

Uma pessoa pode estar no primeiro estado sem estar no segundo; e há animais que, apesar de poderem presumivelmente estar no segundo estado, não têm um repertório conceptual que lhes permita estar no primeiro.

A segunda característica distintiva das atitudes é a sua já aludida propriedade de ser invariavelmente possível atribuir-lhes conteúdos proposicionais, itens aos quais a verdade e a falsidade são primariamente atribuíveis. A minha crença de que Schiffer é boa, a dúvida do leitor de que Schiffer seja boa e o desejo da mãe da Schiffer de que ela seja boa, são estados psicológicos diversos que ocorrem em criaturas igualmente diversas, mas que têm em comum um determinado conteúdo: a proposição de que Schiffer é boa. E a propriedade que cada um daqueles estados mentais tem de ter essa proposição como conteúdo é uma propriedade essencial, ou constitutiva, do estado mental em questão, no sentido em que ele deixaria de ser o estado que é se não tivesse o conteúdo que de facto tem.

Em contraste com isto, sensações e experiências não têm (muitas vezes) qualquer conteúdo proposicional. Considere-se o estado mental em que estive quando, durante algum tempo, senti uma dor lancinante no joelho esquerdo ao descer umas escadas; não tem qualquer sentido atribuir um conteúdo semanticamente avaliável a um estado mental deste género. O que é maximamente relevante para estados mentais desta classe, e praticamente irrelevante para atitudes proposicionais, é antes a sua fenomenologia: a maneira como uma dor é sentida, como é ter uma determinada sensação ou experiência. Com efeito, as experiências e sensações parecem identificáveis, pelo menos parcialmente, com base em considerações rela-

tivas à sua fenomenologia, às características puramente subjectivas desses estados. Há certamente casos mistos. Presumivelmente, de um lado, há ansiedades proposicionais (digamos), como a ansiedade de Schiffer de que a passadeira não se desmorone subitamente; e, do outro lado, há ansiedades não proposicionais, como é talvez o caso da ansiedade súbita de Schiffer por um gelado (ou então, mais plausivelmente, o caso de ansiedades sem quaisquer objectos identificáveis). Do mesmo modo, ele há o «amor» proposicional ou o gostar que, um estado em que uma pessoa está quando, por exemplo, gosta que Schiffer pinte às vezes os lábios de púrpura; mas há também o género mais vulgar de amor, o amor objectual ou o gostar de, um estado em que uma pessoa está quando, por exemplo, simplesmente gosta de Schiffer. O primeiro género de ansiedade ou de amor seria presumivelmente classificável como uma atitude proposicional; o segundo não. Em todo o caso, a aparente existência de experiências e sensações com um conteúdo proposicional não milita contra o princípio de discriminação proposto: ter uma proposição como conteúdo é apenas uma condição necessária para um estado mental ser uma atitude proposicional. E a aparente existência de atitudes com alguns elementos fenomenológicos também não milita contra o princípio de discriminação proposto: ter uma certa fenomenologia é apenas uma condição necessária para um estado mental pertencer à classe das experiências.

Algumas das considerações precedentes sugerem a seguinte metodologia mínima para a individuação de atitudes proposicionais. Podemos discriminar entre atitudes com base nos seguintes dois parâmetros: A) Em termos do conteúdo das atitudes; B) Em termos do modo psicológico das atitudes.

O parâmetro A é aquele que está operativo quando, por exemplo, distinguimos entre os seguintes estados: a crença de Gere de que Schiffer é boa, a crença de Schiffer de que Campbell é boa e a crença de Campbell de que Gere é bom (desta vez, JB não entra na história!); apesar destes estados pertencerem ao

## atitude proposicional

mesmo modo ou tipo psicológico — todos são crenças, são estados mentais distintos em virtude de terem conteúdos distintos (e têm conteúdos distintos em virtude de serem acerca de pessoas distintas: Schiffer, Campbell e Gere). O princípio genérico utilizado é o seguinte: uma condição necessária para a identidade de atitudes é a identidade de conteúdo proposicional. Por outro lado, o parâmetro B é aquele que está operativo quando, por exemplo, distinguimos entre os seguintes estados: a crença de Gere de que Schiffer é boa, o desejo da mãe da Schiffer de que Schiffer seja boa e a dúvida de Campbell de que Schiffer seja boa; apesar destes estados terem o mesmo conteúdo — a proposição de que Schiffer é boa, são estados diferentes em virtude de estarem subsumidos por modos psicológicos distintos (crença, desejo, dúvida). O princípio genérico utilizado é o seguinte: uma condição necessária para a identidade de atitudes é a identidade de modo psicológico. Uma questão interessante, e bastante debatida, consiste em determinar se os parâmetros mencionados, além de introduzirem condições necessárias para a identidade de atitudes, introduzem também condições suficientes; ou seja, se a identidade de modo psicológico e a identidade de conteúdo, além de separadamente necessárias, são também conjuntamente suficientes para a identidade de atitudes.

A distinção TIPO/ESPÉCIME, notoriamente aplicável ao caso de itens linguísticos como palavras e frases, aplica-se igualmente a estados ou acontecimentos mentais em geral e a atitudes proposicionais em particular. Ela dá assim origem a uma distinção importante entre universais mentais (estados-tipo ou acontecimentos-tipo) e particulares mentais (estados-espécime ou acontecimentos-espécime). Eis dois exemplos que ilustram a distinção. Em primeiro lugar, considere-se o pensamento, que tenho numa certa ocasião, de que Schiffer é boa; e o pensamento, que Campbell tem numa certa ocasião, de que Schiffer é boa; e ainda o pensamento, que Gere tem numa certa ocasião, de que Schiffer é boa. Há aqui três estados ou acontecimentos mentais particulares, três pen-

samentos-espécime, os quais ocorrem em mentes distintas e em ocasiões possivelmente distintas. Tais acontecimentos-espécime são particulares mentais, entidades irrepetíveis, parcialmente individualizáveis pela identidade da mente em que ocorrem e pelo intervalo de tempo durante o qual ocorrem. Ou seja, tais acontecimentos-espécime são os valores da variável livre  $x$  ao figurar em frases abertas como « $x$  é um pensamento de que Schiffer é boa». Por outro lado, pode também dizer-se que há aí um único tipo de estado ou acontecimento mental, apenas um pensamento-tipo, o pensamento de que Schiffer é boa, o qual é exemplificado por aqueles três pensamentos-espécime. Pensamentos-tipo são universais mentais, entidades repetíveis (no sentido de exemplificáveis) e abstractas, que não têm qualquer localização numa mente particular e qualquer duração no tempo. Em geral, tipos ou categorias mentais, tipos de acontecimentos ou de estados mentais, são simplesmente classes de particulares mentais, classes de acontecimentos-espécime ou estados-espécime (actuais e possíveis). Ou, se preferirmos, os tipos mentais são PROPRIEDADES, algo exemplificável por estados ou acontecimentos mentais específicos; ou seja, trata-se de propriedades como aquela que é expressa ou referida por um predicado ou frase aberta como « $x$  é um pensamento de que Schiffer é boa», designadamente a propriedade de ser um pensamento de que Schiffer é boa (e esta propriedade é predicável de cada um dos três estados-espécime mencionados). Em segundo lugar, podemos ter tipos mentais mais inclusivos do que aquele. Considere-se o pensamento, que tenho numa certa ocasião, de que Schiffer é boa; e o pensamento, que tenho noutra ocasião, de que o prazo para entregar este artigo já terminou; e ainda o pensamento, que tenho numa ocasião distinta, de que a conjectura de Goldbach é falsa. Há aqui três acontecimentos mentais particulares, três pensamentos-espécime (os valores da variável livre  $x$  numa frase aberta como « $x$  é um pensamento»), mas um único tipo de acontecimento mental, o tipo pensamento (a propriedade expressa ou referi-

da por um predicado ou frase aberta como « $x$  é um pensamento», a propriedade de ser um pensamento). Estes tipos mentais são mais inclusivos do que os anteriores, no sentido em que a classe de particulares mentais que consiste em todos aqueles, e só naqueles, pensamentos de que Schiffer é boa está incluída na classe de particulares mentais que consiste em, e apenas em, pensamentos. (É agora claro que a discussão anterior acerca do modo como atitudes devem ser individualizadas diz respeito a atitudes no sentido de atitudes-tipo; isto é, a questão era a de determinar sob que condições é que duas atitudes-espécime devem ser agrupadas sob o mesmo tipo ou categoria.)

A distinção entre tipos de estado mental e estados-espécime é notoriamente utilizada para discriminar entre os dois géneros habituais de FISCALISMO (ou de materialismo) acerca do PROBLEMA DA MENTE-CORPO: o fiscalismo tipo-tipo e o fiscalismo exemplar-exemplar. Segundo a doutrina fiscalista tipo-tipo, cada tipo de estado ou acontecimento mental (por exemplo, o tipo DOR) é idêntico a um certo tipo de estado ou acontecimento físico no corpo ou no cérebro (por exemplo, o disparar de um dado neurónio); se preferirmos, aquilo que é identificado no fiscalismo tipo-tipo são PROPRIEDADES: propriedades mentais, como a propriedade de ser uma dor, e propriedades físicas, como a propriedade de ser um disparar de um dado neurónio. Segundo a doutrina fiscalista exemplar-exemplar, cada estado ou acontecimento-espécime que ocorre na mente (por exemplo, uma determinada dor que sinto numa certa altura) é idêntico a um certo estado ou acontecimento-espécime que ocorre no corpo ou no cérebro (por exemplo, um determinado disparar de um dado neurónio no meu cérebro naquela ocasião); se preferirmos, aquilo que é identificado no fiscalismo exemplar-exemplar são particulares: particulares mentais e particulares físicos. (Obviamente, a primeira doutrina é mais forte do que a segunda: se propriedades mentais são idênticas a propriedades físicas, então determinam uma e a mesma classe de particulares, e assim o fiscalismo exemplar-

exemplar é verdadeiro.)

Finalmente, há que referir uma última característica importante das atitudes proposicionais (todavia, trata-se desta vez de uma característica que partilham com as experiências e sensações). É a propriedade que cada uma das atitudes proposicionais tem de ter um certo papel funcional, de estar associada a uma certa estrutura de causas e efeitos. O papel funcional de uma atitude é a rede característica de conexões causais em que ela entra, a maneira como ela interacciona causalmente com dados provenientes do meio ambiente, com outros estados mentais, e com o comportamento. Considere-se, por exemplo, a crença que tenho de que daqui a pouco vai chover. *Grosso modo*, o papel funcional desta crença seria especificado através da consideração de factos do seguinte género: a) o facto de a crença ser habitualmente causada por um certo tipo de *input* sensorial (por exemplo, a minha percepção visual de nuvens cinzentas no céu); b) o facto de a crença ser habitualmente uma causa, bem como um efeito, de certos outros estados mentais (por exemplo, um efeito da crença de que nuvens cinzentas no céu prenunciam chuva); e c) o facto de a crença, em interacção com outros estados mentais (em particular, certos desejos), dar habitualmente origem a um certo comportamento: tomada em conjunção com o desejo de não me molhar (e com outros estados mentais), ela pode-me levar a ir buscar um chapéu-de-chuva.

Diversas posições teóricas são possíveis em relação ao estatuto a desempenhar por tal noção de papel funcional no âmbito de uma teoria das atitudes e de outros estados mentais. Um ponto de vista influente é o de que o papel funcional de uma atitude determina inteiramente a identidade da atitude: nada mais há a dizer acerca da atitude do que aquilo que se diz numa caracterização do seu papel funcional. Esta concepção, que recebe a designação de FUNCIONALISMO, está normalmente associada a uma doutrina HOLISTA acerca da atribuição de estados mentais: só é possível classificar uma criatura como estando num certo estado mental com base numa identificação de uma galáxia de outros estados mentais,

atômica, frase

intenções de comportamento, etc. Noutro ponto de vista, mais fraco, a ideia é a de que os papéis funcionais servem apenas para determinar a identidade dos tipos ou categorias mentais; por exemplo, servem apenas para caracterizar a propriedade geral de ser uma crença, aquilo que todas as crenças têm em comum. Em particular, nesse ponto de vista, os papéis funcionais das atitudes não são vistos como determinando os conteúdos das atitudes. *Ver também* ESTADO MENTAL; PROPRIEDADE; TIPO/ESPÉCIME; FUNCIONALISMO; PROPOSIÇÃO; CONTEÚDO; FISCALISMO. JB

Dretske, F. 1993 *Explaining Behaviour*. Cambridge, MA: MIT Press.

Fodor, J. 1987. *Psychosemantics*. Cambridge, MA: MIT Press.

Harman, G. 1973. *Thought*. Princeton: Princeton University Press.

McGinn, C. 1982. *The Character of Mind*. Oxford: Oxford University Press.

**atômica, frase** *Ver* FRASE ATÔMICA.

**atomismo** *Ver* HOLISMO.

**atomismo lógico** Este artigo tem um duplo objectivo. Em primeiro lugar, caracterizar aquilo que ficou conhecido por «filosofia do atomismo lógico» de Bertrand Russell, em segundo, mostrar como algumas das ideias cruciais daquela filosofia inspiram a corrente da semântica contemporânea segundo a qual não é eliminável da linguagem a função semântica puramente referencial. Esta ideia contraria a forma mais comum de interpretar a filosofia do atomismo lógico, segundo a qual se extraem da filosofia de Russell argumentos que mostram justamente o resultado inverso daquele que queremos estabelecer, a saber, que é possível eliminar a função referencial da linguagem. Justificaremos depois como se torna aparentemente possível que a filosofia do atomismo lógico conduza à extracção de dois resultados contraditórios.

**Análise lógica da linguagem** «Filosofia do

atomismo lógico» foi a designação que Russell deu aos resultados da sua filosofia (em particular, nos domínios da filosofia da linguagem, da filosofia do conhecimento e da ontologia) compreendidos entre os anos de 1905, data da publicação de «On Denoting», e 1918, data da publicação de «The Philosophy of Logical Atomism». Assim, esta designação abrange um conjunto vasto de doutrinas e de teses que, no entanto, se entrecruzam para constituir um certo ponto de vista filosófico consistente. De entre estas doutrinas e teses, é importante a conexão entre a filosofia da linguagem e a filosofia do conhecimento — conexão que caracteriza, de resto, um dos pontos cruciais da filosofia do atomismo lógico de Russell.

À filosofia do atomismo lógico preside a concepção segundo a qual é possível e desejável fazer uma análise lógica da linguagem corrente de tal forma que se determinem quais são os «átomos» linguísticos, ou seja, aqueles termos que são simples e não analisáveis. Estes termos correspondem a entidades, a «átomos», igualmente simples, no mundo extralinguístico. Esta análise é possível e desejável dado que a) existe uma identidade estrutural entre a estrutura da nossa linguagem (quando completamente analisada) e a estrutura da realidade extralinguística que supostamente representa (o que explica a possibilidade da análise); e que b) a realização da paráfrase da linguagem corrente numa linguagem logicamente perfeita (na qual consiste a análise) lança luz sobre a estrutura real, escondida sob a estrutura aparente, da linguagem corrente (o que explica a desejabilidade da análise).

Assim, Russell considera que a estrutura gramatical da linguagem que usamos todos os dias não coincide normalmente com a sua estrutura lógica e que, por isso, é necessário proceder-se à análise lógica da linguagem, a qual supostamente torna manifesta a verdadeira, real e profunda estrutura da linguagem que usamos para falar acerca do mundo. A estrutura gramatical de uma frase é, então, encarada como enganadora, aparente e superficial, ao contrário da sua estrutura lógica, que se encontra